LEI N° 12/1955

Dispõe sobre a Inscrição de Servidores e Operários Municipais no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais.

O Povo do Município de Água Comprida, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou, e eu em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - São compulsoriamente inscritos, como contribuintes do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, de acordo com o artigo 122, da Constituição do Estado e com o artigo, 3° da Lei Estadual n° 1195, de 23 de Dezembro de 1954, os Funcionários e Extranumerários Operários e Assalariados do Município.

Parágrafo 1°- Estão isentos da obrigação mencionada neste artigo os servidores atualmente Aposentados, não inscritos anteriormente.

Parágrafo 2°- A Inscrição Obrigatória exime o Servidor do dever de contribuir para outro Instituto ou Associação de Beneficência, existente em virtude de Lei Estadual ou Municipal, respeitada a obrigação de solver as dívidas contraídas, pela forma que tiver sido estipulada.

Art. 2° - A contribuição obrigatória, descontável em folha de pagamento, e de quatro por cento (4%) do vencimento, remuneração ou salário mensal até 1.000,00 e de cinco por cento (5%) do vencimento, remuneração ou salário mensal que for superior a Cr\$ 1.000,00 até Cr\$ 5.000,00, não se considerando, no cálculo da contribuição e da pensão a excedente desta quantia.

Art. 3° - O Município também contribuirá para o Instituto de Previdência com quantia igual ao total das contribuições exigíveis de seus Operários e com quantia igual a 50% do total das contribuições exigíveis dos seus demais servidores.

Art. 4° - A contribuição obrigatória destina-se a realização das finalidades gerais do Instituto, e,

entre estas, o Direito de Pensão a Família por Morte do contribuinte, e, em vida deste, sem prejuízo da Pensão, o direito de Aposentadoria do contribuinte que for Operário do Município de acordo com a Legislação em vigor.

Art. 5° - Os direitos e deveres do Município, dos Servidores Municipais e do Instituto de Previdência, oriundos dos dispositivos desta Lei, são os constantes da Lei Estadual nº 1.195 de 23 de Dezembro de 1954.

Art. 6° - A Prefeitura remeterá diretamente ao Instituto da Previdência ou depositará em estabelecimento bancário por ele indicado, até o dia 15 de cada mês.

- a) O total das arrecadações que fizer, proveniente dos descontos efetuados no pagamento de seus servidores, relativos ao mês vencido;
- b) O total de suas contribuições, referidas nos artigos 3° e 10° desta lei, corresponde ao mês vencido.

Parágrafo Único - O recolhimento a que se refere este artigo, deverá ser acompanhado de relações pormenorizadas, segundo modelos fornecidos pelo Instituto.

Art. 7° - Serão incluídas no orçamento as necessárias dotações para ocorrer ao pagamento das contribuições de responsabilidades do Município.

Art. 8° - Os direitos conferidos aos associados ficam condicionados á regularidade das remessas das arrecadações, estipuladas no artigo 6° da presente Lei.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo considera-se atraso do Município o retardamento das referidas remessas ao Instituto por 6 meses consecutivos.

Art. 9° - Os contribuintes obrigatórios, Servidores Municipais, poderão instituir pecúlio facultativo na forma prevista no Estatuto do Instituto.

Art. 10° - O Município também contribuirá, para o Instituto de Previdência com 50%(cinquenta por cento) do total das mensalidades exigíveis dos contribuintes facultativos, correspondentes aos pecúlios até o valor de Cr\$ 150.000,00.

Parágrafo Único - Nos pecúlios de valor superior a Cr\$ 150.000,00, a mensalidade do contribuinte é acrescida de 50% pelo que exceder este limite.

Art. 11° - Para a percepção dos benefícios previstos nesta Lei, ficam os Contribuintes e seus Beneficiários obrigados a apresentação da Carteira de Identidade fornecida pelo Instituto.

Art. 12° - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir os Créditos necessários para ocorrer, no presente exercício, ao pagamento das contribuições que forem devidas ao Instituto de Previdência.

Art. 13° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, assinado Cláudio M. Almeida Prefeito e também aprovado em 1°, 2° e última discussão por unanimidade, Cleveland Prata, Antônio S. Tosta, Honório do Carmo.

Prefeitura Municipal de Água Comprida 26 de
Novembro de 1955.

Ofício n° 4

Sr. Presidente e senhores Vereadores

Solicito de V.Exa.: que mande constar da Ata dos Trabalhos de hoje, desta Câmara as minhas desculpas que faço eu em caráter oficial, por ato de desagravo ao Exmo. Sr. Vice-Prefeito, Sr. José Acácio da Silva, por uma atitude minha tomada em momento de irreflexão.

Faço espontaneamente esta declaração por reconhecer que de fato errei, pois, o erro é humano e por considerar que não agi propositalmente e sim em consequência de momento de irritação ou irreflexão momentânea.

Solicito, pois, Sr. Presidente que fique constando da Ata dos Trabalhos de hoje está minha declaração que eu considero um ato de justiça, de modo que eu possa ficar tranquilo com a minha consciência.

Aproveitando a oportunidade subscrevo-me com a mais alta estima e distinta consideração.

Assinado - Dr. Cláudio M. de Almeida-Prefeito.

Ofício nº 5

Exmo. Sr. Prefeito Municipal

Tendo o nosso ilustre Vice-Presidente, Antônio da Silva Tosta, presidido a reunião desta Câmara no dia 19 deste, enviado a V.Exa.: uma indicação do Vereador Cloves da Cunha Prata no sentido de que fosse pago os vencimentos dos Professores Municipais em atraso, tenho a vos informar que o nobre edil Antônio da Silva Tosta comunicou a Câmara durante a reunião próxima passada a vossa resposta ao Vereador Cloves da Cunha Prata, assim como aqueles que já fizeram a V.Exa.: pedidos semelhantes.

E a vossa resposta foi a seguinte. Quando os professores necessitarem de pagamentos, deve se dirigir ao prefeito e não a Câmara de Vereadores, como eu também já fiz verbalmente solicitação da mesma natureza desejo explicar a V.Exa.: que se assim procede foi por excesso de confiança e ainda por acreditar que entre os amigos que possuo nesta boa terra figura a vossa pessoa que considero a muitos anos!

Portanto, não foi com intenção de vos impor, e assim como legítimos representantes do povo que nos pedem para sermos intermediários junto ao poder Executivo. Esta também foi a nobre intenção do Vereador Cloves da Cunha Prata. Dando por encerrado o assunto aqui fica as minhas desculpas e subscreve com amizade e respeito.

Assinado-Cleveland Prata-Presidente da Câmara.